



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

ATA Nº 95/2025

Reunião do Grupo de Trabalho "Igualdade de Gênero" da PFDC com a PRDC-BA Dra. Marília Siqueira da Costa

1. Identificação da Reunião

Data: 25.6.2025	Horário: 16h	Local: Videoconferência
-----------------	--------------	-------------------------

2. Participantes

Nome	Representação ou cargo
Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna	Procuradora Regional da República, PRR 1ª Região
Dra. Caroline Maciel da Costa	Procuradora Regional da República, PRR 1ª Região
Dra. Marília Siqueira da Costa	Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão - PR/BA
Carolina Paulino	Assessoria Multidisciplinar, PFDC

3. Memória de Reunião

A reunião teve o propósito de o GT conversar com a Dra. Marília sobre o documento compartilhado entre os membros do GT, decorrente da atuação no Procedimento 1.14.001.000504/2018-14, de atribuição da Dra. Marília.

Dra. Acácia: começou a reunião apresentando à Dra. Marília aos participantes. Disse que a Dra. Marília solicitou apoio no projeto das vítimas de violências na Bahia. Indicou que o Dr. Pedro, do GT, passou a ela algumas considerações sobre o documento.

Dra. Marília: primeiramente, informou todo o histórico do trabalho desde a origem. Disse que há interlocução efetiva com o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA); que o protocolo visa organizar, mas a intenção real é sanar falhas, atrasos e a desproteção das vítimas de forma efetiva. Narrou que o procedimento é de 2018 e se iniciou com um mapeamento de como era o atendimento às vítimas de violência no âmbito policial e das unidades de saúde. Explicou que não havia fluxo de atendimento padrão/padronizado no âmbito de cada unidade de saúde e policial. Afirmou que alguns lugares ainda exigiam Boletim de Ocorrência (BO). Informou que primeiro fizeram Nota Técnica conjunta com o MP-BA para explicar que não podia exigir BO para o atendimento inicial. Informou que foram pedidas várias providências ao Estado, como fazer uma cartilha para informar,

organizar site, principalmente em relação ao aborto legal. Esclareceu que, para construir um fluxo em conjunto, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito do Estado, com a participação das unidades de saúde e de segurança e elaboraram em conjunto o documento, recebido em maio, que foi compartilhado com os integrantes do GT Igualdade da PFDC. O documento foi enviado para que órgãos parceiros apresentassem sugestões.

Indicou que há outras "portas de entrada" que é a educação/escolas que precisam ter um padrão de atendimento para crianças e adolescentes em situação de violência. Disse que será marcada uma reunião (provavelmente para agosto) com a Defensoria, o MPF e MP-BA para apresentar as sugestões de melhoria após análise pelos respectivos setores. Dessa forma, **o prazo de 30 de junho para apresentação das sugestões passou a ser de 30 de julho.** Afirmou que o MP estadual disse que compartilhou com todas as suas áreas internas de atuação (em especial, a área da coleta de prova, da cadeia de custódia), com o propósito de que sejam compartilhadas as sugestões pelos setores competentes. Disse que apresentará sugestão de proposta para construir dentro do IML uma unidade própria para esse tipo de atendimento.

Diante do contexto acima narrado, solicitou ao GT Igualdade a análise e, se possível, a apresentação de sugestões, que podem ser compartilhadas por e-mail (mariliasiqueira@mpf.mp.br) para que ela possa consolidar todas as propostas e apresentar em conjunto com os demais órgãos.

Dra. Acácia: elogiou a iniciativa e o projeto atual. Informou que serão sistematizadas todas as sugestões por meio de ofício, e encaminhadas à PR-BA. Explanou as atividades do GT, e sobre o documento compartilhado, adiantou a sugestão de inclusão do Guia Prático da Sala Lilás, recentemente publicado pelo Ministério da Saúde, no tópico Sala Lilás, bem como a inclusão da Lei 12.845/13 em todos os pontos que abordam o atendimento às vítimas de violência logo após o abuso. Explicou que um dos objetos do GT é justamente a divulgação da Lei do Minuto Seguinte (Lei n. 12.845/2013), a fim de minimizar os danos e cobrar que haja esse fluxo de atuação dos diversos órgão de forma que a vítima receba o que a lei determina.

Sugeriu, também, a inclusão no documento do link da página do MPF e vídeo de Dra. Priscilla, bem como na parte da legislação as Portarias de Consolidação 4 e 5 do MPF.

Na oportunidade, também adiantou as sugestões encaminhadas por Dr. Pedro, destacando a incompatibilidade entre os dados de boletins de ocorrência e atendimento em unidades de saúde, sendo, evidente, a elevada subnotificação, e o fato da Lei do minuto seguinte ter sido citada apenas uma vez no documento.

Dra. Caroline: também parabenizou à atuação de Dra. Marília, colocando-se à disposição, e aderindo às sugestões apresentadas.

Dra. Marília: agradeceu às sugestões, solicitando que fossem condensadas e enviadas até 30.7.2025. Informou que acredita que o documento deve ser finalizado completamente em novembro.

Dra. Acácia: informou, por fim, e aproveitando a oportunidade, sobre o projeto do GT mulheres invisibilizadas, com exposição em Brasília e virtual também. Indicou a possibilidade de o membro utilizar para a utilização em cada unidade por meio da ASCOM. Colocou-se à disposição caso Dra. Marília queira fazer na Bahia. Indicou a existência da ação dos bancos vermelhos, nos termos da Lei 14.942/24, colocados em locais públicos para demonstrar que mulheres podiam estar ali exercendo a cidadania, mas foram vítimas de feminicídio.

Dra. Marília: disse que tem reunião sobre violência obstétrica e conversará com os representantes estaduais sobre a proposta do banco vermelho. Sobre a divulgação da LMS, informou que cobrará novamente maior divulgação pelo Estado e municípios, inclusive maior divulgação de cartilha já existente sobre fluxo atendimento.

Dra. Acácia: esclareceu que, sobre o aborto legal, também abordado no documento, o GT responsável da PFDC seria o GT saúde.

Dra. Marília: agradeceu e explicou que essa parte já está bem adiantada com outros órgãos.

4. Itens de Deliberação

Descrição	Responsável	Prazo
Análise do documento compartilhado e apresentação das sugestões de melhoria para a Dra. Marília (mariliasiqueira@mpf.mp.br)	GT - encaminhar ofício com sugestões	30.7.2025

5. Fechamento da ata

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

Procurador Regional da República

Grupo de Trabalho "Igualdade de Gênero" da PFDC

CAROLINA PAULINO TAVARES

Assessoria Multidisciplinar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00232357/2025 ATA nº 95-2025**

.....
Signatário(a): **ACACIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA**

Data e Hora: **26/06/2025 16:54:16**

Assinado em nuvem

.....
Signatário(a): **CAROLINA PAULINO TAVARES**

Data e Hora: **27/06/2025 07:27:44**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b7d9b9b2.7749a9a3.a4e8bc72.4b5dac5b